



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/07/2025 a 31/07/2025

Assunto: “Reforma Administrativa” or “PEC 32, de 2020”

Documento 1/4

115.2025	Sessão Ordinária - CD	01/07/2025-14:28
Publ.: DCD - 02/07/2025 - 42	Emanuel Pinheiro Neto-MDB -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou a resistência das elites brasileiras à justiça social, especialmente diante da proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Destacou a disparidade na arrecadação, como o fato de que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de São Paulo gera mais receita que todo o Imposto Territorial Rural (ITR) no país. Apontou que profissionais de renda média, como professores, enfermeiros e policiais, sustentam os programas sociais, enquanto grandes fortunas, lucros e dividendos continuam subtributados. Além disso, alertou para os riscos da reforma administrativa à autonomia dos servidores públicos e defendeu uma tributação mais justa e progressiva. Finalizou ressaltando que o déficit de 2023 é herança da gestão anterior e que o esforço atual é por uma reforma que promova equilíbrio fiscal com justiça social.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/MDB - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos vendo que fazer justiça social neste País é extremamente difícil. Como era de se esperar, as elites brasileiras estão fazendo toda a resistência possível para que a justiça social não aconteça com o projeto que dá isenção do Imposto de Renda a quem ganha até 5 mil reais.

Isso está ilustrado no fato de que o IPTU de São Paulo garante mais imposto, mais arrecadação, do que se arrecada com as imensas fatias de fazendas, os milhares de hectares, por meio do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural no Brasil inteiro, Sr. Presidente. Da mesma forma acontece com aqueles que vivem de lucros e dividendos empresariais, que não são tributados ou são subtributados.

Isso mostra que quem sustenta os investimentos públicos do Brasil, os programas de distribuição de renda, é o policial militar, é o enfermeiro, é o professor, é o profissional liberal de renda média. Quando a gente quer



promover essa distribuição e reorganizar a tributação brasileira, há uma imensa resistência coordenada neste País.

Agora, estamos partindo para dialogar sobre a reforma administrativa. Sr. Presidente, aquilo que garante que o servidor efetivo tenha independência, autonomia funcional para aplicar tecnicamente o que é importante e não atender a interesses políticos está sob risco, está colocado em discussão nesta Casa. É isso que nós não podemos aceitar.

A gente tem que fazer, simplesmente, que quem ganhe mais pague mais, e quem ganhe menos pague menos. É isso que vai proporcionar a justiça tributária neste País, Sr. Presidente. E, para justificar essa bagunça tributária, querem falar das contas do Governo.

É importante dizer, Sr. Presidente, que, em 2023, o déficit de 230 bilhões de reais veio de restos a pagar do ex-Presidente, da gestão anterior; e o grosso, a sua maior quantia, a sua maior fatia veio dos precatórios parcelados e também não pagos pelo Governo anterior. Disso não querem falar. Em 2024, o déficit foi de 11 bilhões de reais; chegou a 30 bilhões de reais, porque nós abrimos um crédito extraordinário para atender ao sofrimento dos irmãos gaúchos que estavam passando pela agonia das enchentes.

Agora, para fazer com que haja um superávit saudável e sustentável, que o topo da pirâmide sustente a arrecadação deste País, encontramos resistência. É isso que nós precisamos enfrentar. E é isso que eu estou fazendo na Comissão Especial sobre a alteração da legislação do Imposto de Renda, junto com o Relator, o Deputado Arthur Lira — peço, Presidente, mais 30 segundos e vou concluir —, para que a gente chegue a um texto adequado, que distribua a renda e a carga tributária neste País de forma equânime.

Eu agradeço, Sr. Presidente, este tempo. Eu não estou nesta missão de divulgar as contas do Governo para defender o Governo A ou o B, mas para mostrar a realidade na qual o debate político sobre as contas públicas tem que se assentar.

Sr. Presidente, peço que a nossa fala seja disponibilizada nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 2/4

124.2025

Publ.: DCD - 09/07/2025 -
84

Sessão Ordinária - CD

08/07/2025-16:00

- Sidney Leite-PSD -AM

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO



Sumário

O Deputado avaliou os avanços da reforma tributária do consumo e cobrou a votação da reforma da renda e do patrimônio, com destaque para o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta do Imposto de Renda trabalhadores com renda de até cinco mil reais. Criticou a regressividade do sistema tributário e defendeu que a diferença seja compensada por contribuições de 149 mil brasileiros com renda elevada. Alertou para os impactos da extinção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e cobrou do Ministro Fernando Haddad definição sobre a manutenção dos fundos constitucionais. Ademais, condenou a elevada taxa de juros no crédito rotativo e a concessão de empréstimos consignados para beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sem autorização. Por fim, anunciou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do INSS no segundo semestre e defendeu que o Parlamento contribua para a reforma administrativa, previdenciária e tributária.

O SR. SIDNEY LEITE (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, surgiu aqui, neste Parlamento, a PEC da reforma tributária do consumo. Nós conseguimos aprovar essa PEC e, depois, o projeto de lei que a regulamentou.

Entendo que nós avançamos muito, mas é óbvio que poderíamos ter avançado mais, haja vista o Imposto Seletivo que trata da questão ambiental e da saúde, que é muito tímido. Em torno de cinquenta produtos comercializados no Brasil são comprovadamente danosos à saúde do cidadão. Esses produtos são conhecidos por parte da população. Esses produtos causam danos à população. Deputado Dr. Zacharias Calil, V.Exa. é um excelente médico e sabe disso. Alguns desses produtos, contraditoriamente, estão na cesta básica. É o caso do açúcar e da margarina, considerados produtos ultraprocessados.

Entretanto, a reforma foi um verdadeiro avanço. A partir de janeiro do próximo ano, o Brasil experimentará um sistema tributário simplificado. O cidadão terá direito à transparência. O cidadão, que paga imposto, saberá com clareza quanto está pagando e para quem está pagando. Isso valerá para o tributo federal, para o tributo estadual e para o tributo municipal. Isso estará na nota fiscal.

Havia um compromisso por parte do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad: assim que nós votássemos essa reforma, nós votaríamos a reforma da renda e do patrimônio. Nós temos, nesta Casa, um projeto que trata dessa questão da renda, que isenta do Imposto de Renda o trabalhador que ganha até 5 mil reais.

Lembro que, no Brasil, a gente paga Imposto de Renda sobre a inflação. Isso é uma invencionice brasileira. A inflação é corrigida, mas o limite do valor do



Imposto de Renda pago pelo trabalhador não é corrigido.

Com a isenção do Imposto de Renda para o trabalhador que ganha até 5 mil reais, nós vamos garantir que 90% dos trabalhadores brasileiros sejam isentos de pagar esse imposto. De cada dez cidadãos, nove serão isentos ou pagarão uma tarifa reduzida.

Isso é um avanço grande, mas não é o que nós queremos. Por quê? Sr. Presidente, nós precisamos fazer a correção. Hoje, sobre a renda, o trabalhador pobre é quem, proporcionalmente, mais paga imposto.

Quem vai compensar essa diferença da isenção do Imposto de Renda, que terá impacto na receita? Cerca de 149 mil brasileiros pagarão essa diferença.

A renda do trabalhador pobre está comprometida com cesta básica, energia elétrica, aluguel, medicamento e transporte, basicamente. Isso tem sobrecarregado essa classe trabalhadora.

Por isso, hoje, nesta tribuna, eu quero fazer um apelo ao Presidente Hugo Motta e à Mesa Diretora, a fim de que discutamos a reforma da renda e do patrimônio. Não é justo que o trabalhador pobre, sobre a sua renda, tenha que pagar mais imposto, em benefício de quem tem mais e de quem ganha mais. Isso não é justiça social. Esse valor do IVA, estimado em 26% quando nós votamos a reforma tributária, é muito alto — muito alto! — para quem tem uma renda comprometida com o consumo. Por isso, eu venho aqui fazer esse apelo.

Outro apelo que faço é para que o Ministro Fernando Haddad encaminhe para este Parlamento uma definição de como ficarão os fundos, principalmente, Deputado Charles Fernandes, o Fundo de Participação dos Municípios, FPM, e o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, FPE. Lembro que o FPM é uma das maiores fontes de renda da maioria dos Municípios brasileiros.

Por que eu tenho essa preocupação? Porque o FPM é composto com o IPI e o Imposto de Renda. Com a extinção do IPI, como ficará o FPM? Esse impacto no FPM trará desdobramentos. Não podemos ter como reflexo disso a diminuição dos recursos do Fundeb, haja vista que o FPM e o ICMS compõem essa cesta de fontes de recursos desse fundo muito importante.

Eu quero fazer esse apelo ao Ministro Fernando Haddad, no sentido de que encaminhe a este Parlamento essa definição de como ficarão os fundos. Nós não podemos ficar à mercê da decisão do Ministro da Fazenda, com todo o respeito. Nós precisamos regulamentar e garantir a distribuição desses recursos pelo novo modelo de distribuição.

Sr. Presidente, amanhã, na Comissão de Finanças e Tributação, teremos a presença do Presidente do Banco Central, que é importante, pois o Banco Central tem uma grande preocupação com a inflação. Lembro que a diminuição da inflação é fruto de um projeto de lei que limitou a tributação



sobre combustível, energia elétrica e telecomunicações. Isso permitiu que a inflação diminuísse de dois dígitos para um dígito.

Nós temos hoje a segunda maior taxa de juros do planeta. É inadmissível que essa medida, que deveria ser utilizada pelo Banco Central de maneira transitória, esteja se perpetuando. Parece que no Brasil é proibido gerar emprego. Parece que no Brasil é proibido gerar desenvolvimento, aquecer a indústria, o comércio, o serviço e o campo, como ocorre hoje, mesmo com as medidas do Banco Central.

Tem-se falado muito, no dia de hoje, sobre o déficit público. Nós brasileiros e brasileiras pagamos, no ano passado, em torno de 1 trilhão de reais de serviços e custos da dívida. Por que isso ocorreu? Todas as vezes que se aumenta a taxa de juros, aumenta-se o custo da dívida. A quem isso interessa? Interessa a esse dito mercado, que diuturnamente tem feito críticas à questão fiscal, que não está errada, mas precisa ser enfrentada. No entanto, deve haver responsabilidade com a política de juros no Brasil. Isso recai mais uma vez nos ombros de quem? Do pobre, do trabalhador, que verdadeiramente paga essa conta.

Então, Deputado Dr. Zacharias, chegou a hora de buscarmos uma solução. É inaceitável que países com uma economia destrozada tenham uma taxa de juros inferior à taxa de juros do Brasil. Por que há essa contribuição tão alta da questão fiscal? Porque os trabalhadores, o povo brasileiro, estão pagando 1 trilhão de reais de custos e serviços da dívida.

É importante que o Presidente do Banco Central venha a esta Casa e esclareça isso. Nós não precisamos viver nessa encruzilhada. Eu defendo o pleno emprego. Eu defendo o desenvolvimento, a geração de emprego e renda, mas defendo também que a gente corte incentivos fiscais. Hoje, no Brasil, nós temos mais de 800 bilhões de reais em incentivos fiscais. Isso precisa ser revisto urgentemente.

Na Comissão de Finanças e Tributação, foi instituído um grupo de trabalho para fazer os estudos e oferecer uma proposta até setembro, no segundo semestre, à Câmara dos Deputados, para que nós possamos votar e dar a nossa contribuição para o povo brasileiro.

Da mesma feita, é chegada a hora de o Governo rever gastos, rever despesas, rever estrutura. Deputado Charles, Deputado Orlando Silva, hoje, no País, quase ninguém utiliza telefonia fixa. Todo mundo utiliza telefonia móvel. Nós precisamos de uma empresa estatal cuidando da telefonia? Quem cuida disso é o setor privado. Por que o Governo precisa de uma empresa de comunicação se ninguém assiste a nada dessa empresa? Não há traços de audiência.

É preciso que o Governo reveja isso. Nós também precisamos tomar medidas e cobrar.

Vejamos o seguinte: já não basta essa taxa de juros escorchante, que se



sobrepõe ao povo brasileiro e ao setor produtivo? No Reino Unido, a taxa dos juros do crédito rotativo é 22%; na Espanha, entre 20% e 30%; na Venezuela, cuja economia está destrozada, 29%; aqui, 434,40%. Eu disse 434%, Deputado Orlando Silva. Isso é inaceitável! Isso é um assalto! Isso que é praticado pelos bancos e pelo mercado financeiro é pior do que agiotagem. A sanha e a ganância são insaciáveis. Eu estou falando dos 434,4% que são cobrados de juros do crédito rotativo. Nós precisamos dar um basta definitivo a essa situação, porque o povo brasileiro não aguenta mais ser explorado, e, infelizmente, a exploração se dá de forma oficial, como nós vimos.

Eu vejo muito quererem creditar a alguém o escândalo da corrupção no INSS. Particularmente, não acredito, Deputado Orlando Silva, que um Presidente da República tenha se sentado com sindicato ou dirigente sindical para fazer aquilo, mas nós estamos falando de um valor da ordem de 6 bilhões de reais.

Pasmem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, só em 2023, em termos de consignados, sem autorização do tomador, sem o tomador saber, ocorreram 35 mil operações, no valor de 90 bilhões de reais. Na maioria das vezes, Deputado Zacharias, esse tomador nem sabia que tinha contratado um empréstimo consignado. Eu pergunto: como esse banco sabia do limite? Como esse banco sabia quem era o beneficiário? Como esse banco sabia que a pessoa estava apta a receber o consignado? E como ele o fez sem autorização? Esse é um escândalo muito maior do que o desconto indevido. Não que se diferencie um roubo menor de um roubo maior.

No segundo semestre, nós teremos, neste Parlamento, neste Congresso Nacional, a CPI do INSS. E por que eu faço referência a isso? Porque se há instituição no País que eu não vejo dar prejuízo é banco, é mercado financeiro, seja com inflação, seja sem inflação, seja com recessão, seja sem recessão. E nós, no Parlamento, precisamos avançar nessa pauta.

Eu não sou contra ninguém, o mercado é importante, mas nós temos que regular, nós temos que impor limites, porque as condições estabelecidas no País são inaceitáveis. E isso não faz bem a ninguém. Todas as vezes que se fala sobre custo do crédito no Brasil, a que isso se refere? À inadimplência. Mas em empréstimo consignado do INSS a inadimplência é zero. Tanto é que assim foi feito. E foi feito por quê? Porque o cidadão que usa sandália de dedo muitas vezes não consegue nem entrar em uma agência bancária, quanto mais tomar um empréstimo ou sentar à mesa do gerente. Mas, no caso do INSS, só em 1 ano, 90 bilhões de reais foram emprestados por meio de consignados para beneficiários da Previdência Social.

Dito isso, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade e dizer que, no que se refere à economia, nós temos avançado ao longo dos anos, mas precisamos avançar mais, porque o Brasil precisa do Parlamento. Da mesma forma que este Parlamento tem buscado protagonismo no Orçamento, nós precisamos dar a nossa contribuição, seja no que diz respeito à reforma administrativa, seja no que diz respeito à reforma previdenciária, seja no que diz respeito e à reforma



tributária.

Nós precisamos avançar, porque o Brasil tem urgência e não pode esperar. Um país tão desigual como o nosso não pode continuar com essas práticas que sobrecarregam o trabalhador e o pobre.

Dito isso, agradeço a V.Exa. e solicito que minha fala seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

Documento 3/4

127.2025	Sessão Ordinária - CD	09/07/2025-15:36
Publ.: DCD - 10/07/2025 - 80	Gisela Simona-UNIÃO -MT	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada alertou servidores públicos federais, estaduais e municipais sobre riscos trazidos pelo relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que abre novo prazo de parcelamento especial de dívidas previdenciárias dos Municípios, publicado em 8 de julho. Informou que o relator incluiu dispositivo que impõe, caso Estados e Municípios não criem regime previdenciário próprio em 18 meses, a adoção automática do Regime Geral de Previdência Social, medida que considera prejudicial à autonomia federativa e aos servidores ativos e aposentados. Também criticou a condução do grupo de trabalho da reforma administrativa, defendendo que a busca por eficiência e redução de gastos não transforme o servidor em vilão.

A SRA. GISELA SIMONA (Bloco/UNIÃO - MT. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Presidente, colegas Parlamentares.

Hoje, subo à tribuna para fazer um alerta aos servidores públicos federais, aos servidores públicos estaduais e aos servidores públicos municipais do País.

Na data de ontem, dia 8 de julho, foi publicado o relatório da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023. Essa PEC tinha como objetivo principal instituir parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios e limite para o pagamento de precatórios. Essa proposta era para ser boa, do ponto de vista de dar mais sustentabilidade aos Municípios brasileiros. Porém, o Relator fez uma manobra que pode prejudicar, e muito, os servidores públicos.



A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania desta Casa excluiu do texto a obrigatoriedade de Estados e Municípios adotarem o mesmo regime de previdência da União. Entretanto, o Relator fez uma manobra, no sentido de entender que esse texto não fere a autonomia federativa, e incluiu, através da Emenda nº 5, a possibilidade, ou a obrigatoriedade, de que, se em 18 meses Estados e Municípios não criarem legislação previdenciária própria, será automaticamente adotado o Regime Geral de Previdência Social da União. Isso é muito grave para a autonomia dos Estados e dos Municípios, e prejudica, mais uma vez, os servidores públicos, sejam eles da ativa, sejam eles aposentados.

O nosso outro alerta refere-se ao GT que foi criado para fazer a reforma administrativa.

Nós entendemos, sim, que o Estado tem de diminuir sua gastança; nós entendemos, sim, que nós precisamos de um Estado mais eficiente e devemos cortar gastos. Porém, o servidor público não pode ser o vilão dessa reforma administrativa. Nós nos referimos às pessoas que atendem na ponta — nossos enfermeiros, nossos policiais, nossos professores.

Nós estamos nesta Casa para impedir que haja qualquer retrocesso na legislação que trata dos servidores públicos no País. Por isso, precisamos de todos mobilizados para que não isso não aconteça.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 4/4

136.2025	Sessão Ordinária - CD	16/07/2025-14:32
Publ.: DCD - 17/07/2025 - 167	Professora Luciene Cavalcante-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

A Deputada destacou a presença do Vereador Celso Giannazi e representantes do Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp) na Câmara, em mobilização pelos direitos dos servidores públicos. Na oportunidade, defendeu a gestão democrática, o projeto “Descongela” e se posicionou contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2023, que institui limite para o pagamento de precatórios pelos Municípios, abre novo prazo de parcelamento especial de débitos dos Municípios com seus regimes próprios de previdência social e com o Regime Geral de Previdência Social. Por fim, também mencionou o debate sobre a reforma administrativa e elogiou as conquistas do Si em prol da educação paulistana.



A SRA. PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE (Bloco/PSOL - SP.
Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

A gente está aqui com o Vereador Celso Giannazi, do coletivo Educação em Primeiro Lugar; e com o Sinesp, um sindicato combativo da cidade de São Paulo, representado pela Vice-Presidente Letícia, pela Diretora Rosana e pela Vice-Secretária Regina.

A gente está aqui fazendo uma grande mobilização em defesa dos direitos dos servidores, dos gestores e em defesa da gestão democrática e também em defesa do Descongela, para que seja pautado o mérito desse importante projeto que vai trazer justiça para todos os servidores públicos do Brasil, que também estão participando da mobilização contra a PEC 66/23, contra a PEC dos calotes e em defesa de que não haja novamente uma nova reforma previdenciária. Nós também estamos acompanhando atentamente o debate sobre a reforma administrativa.

Eu quero saudar o Sinesp, que tem grandes vitórias em defesa da educação na cidade de São Paulo.

Peço que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada, Presidente.
